



EM BUSCA DE PISTAS DO FETICHISMO DA TECNOLOGIA NA GEOGRAFIA CRÍTICA DE MILTON SANTOS

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2024.202.08>

Matheus Henrique Dos Santos

Mestrando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS - CAPES-PROEX

m.henriquest@outlook.com

<https://orcid.org/0009-0004-0776-8888>

RESUMO:

Os sistemas e objetos tecnológicos pelos quais os modos de vida são inundados na atualidade são elementos imprescindíveis tanto para a análise crítica quanto para a compreensão do tipo de sociedade a que se almeja pela participação democrática. Diante disso, se opta por pontos de vistas diametralmente opostos: as tecnologias são necessariamente boas e contribuem para o desenvolvimento humano ou são, por outro lado, mecanismos de desumanização gradual. O objetivo desta escrita é demarcar a possibilidade de uma crítica efetiva a tecnologia sem abdicar de seu caráter ontológico, quando apoiada na necessidade da técnica para a transformação do mundo e construção de um espaço próprio a realização da vida humana. Para isso, buscou-se no conteúdo filosófico da obra de Milton Santos, pistas para compreender os conceitos de fetichismo da mercadoria e da tecnologia, de modo a reconstituir a relação mais direta e ativa dos sujeitos com o mundo, o espaço no qual realizam suas vidas, condição na qual o capitalismo opera uma mistificação sobre os objetos e os sujeitos. Conclui-se que um olhar a partir do espaço geográfico torna-se relevante para a análise da tecnologia, tendo em vista que congrega não só a estrutura de significado pela qual nossas ações são constituídas, mas os efeitos concretos, no espaço, dos sistemas de ações e objetos ligados a determinada vetorização de um poder que articula ideologicamente nossa relação com o mundo. Não é a tecnologia por si uma problemática, mas o modo pelo qual ela adquire valor em nosso contexto de vida.

PALAVRAS-CHAVE:

Fetichismo. Tecnologia. Espaço. Geografia. Capitalismo.

IN SEARCH OF CLUES TO THE FETISHISM OF TECHNOLOGY IN CRITICAL GEOGRAPHY OF
MILTON SANTOS

ABSTRACT:

The technological systems and objects by which lifestyles are inundated today are essential elements both for critical analysis and for understanding the type of society that democratic participation aims to achieve. In view of this, diametrically opposed points of view are chosen: technologies are necessarily good and contribute to human development or, on the other hand, they are mechanisms of gradual dehumanization. The aim of this article is to highlight the possibility of an effective critique of technology without giving up its ontological character, when it is based on the need for technology to transform the world and build a space suitable for the realization of human life. To do this, in the philosophical content of Milton Santos' work, for clues to understanding the concepts of commodity fetishism and technology, in order to reconstitute the subjects' more direct and active relationship with the world, the space in which they carry out their lives, a condition in which capitalism operates a mystification of objects and subjects. In conclusion, a look at geographical space becomes relevant to the analysis of technology, since it brings together not only the structure of meaning through which our actions are constituted, but also the concrete effects, in space, of the systems of actions and objects linked to a certain vectorization of power that ideologically articulates our relationship with the world. It is not technology itself that is problematic, but the way in which it acquires value in our context of life.

KEYWORDS:

Fetishism. Technology. Space. Geography. Capitalism.

1 Introdução

Imaginar uma sociedade que não passe a considerar, em maior ou menor proporção, o vislumbre que as novas tecnologias causaram na humanidade parece uma tarefa inviável, tendo em vista que parte significativa de nossas relações e ações têm sido mediadas por elas atualmente. O encantamento com as tecnologias tem sido interpretado por diferentes vieses, que vão desde uma visão positiva, como promessa de alijamento de um *páthos* próprio das tragédias humanas na relação com a natureza, impresso na ampliação gradual do prazer e do bem-estar; até visões pessimistas, nas quais são tomadas como legítimas ferramentas de desumanização e alienação. A primeira aparece, de certo modo, vinculada também à capacidade das novas tecnologias em nos garantir a ampliação do acesso à informação e conhecimentos, dos meios de cuidado para com a vida humana e a realização de tarefas cotidianas. Por outro lado, a segunda perspectiva se encontra vinculada, principalmente, ao efeito que tiveram, na primeira metade do século XX, as duas Grandes Guerras e ao uso irrestrito de tecnologias como máquinas de morte, bem como a sua produção de superficialidade para as relações humanas e o abandono de valores próprios das afecções que anteriormente não se davam pela intermediação tecnológica.

No decorrer de uma radicalidade e outra, parece ser possível delinear uma série de problemas que vão de encontro, primeiramente, à possibilidade ou não de definir democraticamente os meios e fins das

tecnologias, ou ainda de desvitalizar a ideia de que elas contêm *per se* um valor dado pela eficiência como enfatiza Feenberg (1999). Além do mais, Borgmann (1984) parece apontar para uma mudança de paradigma na forma como experienciamos a relação mais íntima com um recurso tecnológico, em que se considera a interação com as técnicas como desvinculada de seu caráter outrora contextual e focal, carregado de sentido, em contraponto à presença obscura de funcionamento que reforça a descartabilidade e superficialidade das coisas. Entre um aspecto e outro, a preocupação sempre evocada é a do valor da mercadoria e do artefato tecnológico. Resta questionarmos quais os mecanismos de produção desse valor, o modo pelo qual determinada coisa adquire um tipo de representação na vida coletiva. Temos com isso, que o trato privilegiado para pensar a forma como a valoração da mercadoria e da tecnologia nos impõe problemas práticos e teóricos é o do conceito de fetichismo.

Dito isto, é de vital importância investigar esse conceito sob um aspecto crítico, mas sem perder seu horizonte interpretativo do fenômeno técnico. Nosso objetivo aqui, entendendo as ambiguidades pelas quais as tecnologias são interpretadas é dar um enfoque específico aos desdobramentos da tecnologia no espaço geográfico, tomando como principal articulador a obra do geógrafo brasileiro Milton Santos. Sem nos estendermos na justificativa dessa escolha, busca-se refletir em que medida o trato das transformações tecnológicas de nossa sociedade acaba enfatizando, ou apenas um sujeito que produz racionalmente uma solução técnica diante de necessidades que o mundo nos impõe, valorando-as a partir da eficiência e utilidade para suprir tais demandas, ou uma perspectiva que coloca a técnica e a produção tecnológica num quadro de racionalização do poder que incide diretamente sobre os sujeitos definindo funções e condições de existência arbitrariamente (CUPANI, 2004).

Ao abordar Santos (2006), é possível identificar uma leitura teórica multifacetada da técnica, já que é possível entender, em sua obra, tanto a presença de um sujeito dado por uma racionalidade específica que se realiza na transformação do mundo de acordo com os usos dos objetos e do espaço relacional em que são postos, bem como as formas-conteúdos pelas quais os meios técnicos atualizam não só as formações socioespaciais de determinado contexto histórico e determinam os sujeitos, mas a estratificação específica de poder que essa formação imprime e que, por sua vez, é, em nossa sociedade, a da dominação capitalista e de sua ideologia. Por essa ótica, as tecnologias representam uma matriz específica de poder que opera, destituindo, outro aspecto mais amplo, a dos usos por diferentes sujeitos em sua força de trabalho e caráter técnico indissociável. Isso ocorre, pois estes sujeitos se alienam de sua ação imediata de produção dos meios técnicos em prol de uma racionalização normativa específica do sistema que determina o valor de uso e troca destes meios e os insere como principais agentes na formação socioespacial, cabendo ao sujeito tornar-se objeto. Em outras palavras, deixam de ser coletividades específicas que, pelo trabalho, imprimem

determinado valor às coisas diante da necessidade posta pela materialidade, mas uma formação específica de poder que incide justamente nessa relação.

Hoje, vivemos junto com os objetos técnicos, eles se apoderam do nosso cotidiano, mas com eles nossa interação é prática, mas não profunda. A ideia de alienação, já proposta por Marx, impõe-se com mais força, diante da relativa inanidade de nossa oposição aos objetos atuais. A submissão do produtor diante do objeto produzido é, para B. Ollman (1971, p. 46), uma das causas da alienação contemporânea (SANTOS, 2006, p. 141).

Diante desse tipo de alienação, o fetichismo parece emergir como meio privilegiado pelo qual pode se compreender e explicar o mecanismo próprio de doar aos objetos um valor que independe dos modos de uso e circulação que determinada coletividade que os cria faz ou poderia fazer dele. Chegaremos a sua definição logo mais.

Com esse quadro analítico breve sobre algumas das questões levantadas por Santos sobre a técnica e a tecnologia, abre-se espaço para pensá-las articuladas ao seu fundo teórico fundamentado, em certa medida, em Marx (2011), mas acrescido principalmente com a sofisticação pela qual o geógrafo pensa uma ontologia do espaço, a partir do espaço geográfico, e articula diferentes interlocutores e operadores conceituais. Sendo assim, nosso objetivo específico é delinear aspectos referentes ao desenvolvimento do conceito de fetichismo da tecnologia impressas na obra de Milton Santos em *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (2003) e *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (2013). Embora seja perceptível, ao investigar os trabalhos mencionadas, que o geógrafo não cita o termo “fetichismo”, objetiva-se, principalmente, fazer paralelos entre o conceito de fetichismo da mercadoria, cunhado por Marx (2011), as derivações posteriores que fundamentam o conceito de fetichismo da tecnologia, especificamente em Feenberg (1999), e a conceituação, com fundo filosófico indissociável, que Milton Santos faz acerca dos problemas da técnica e da tecnologia no espaço geográfico e na relação com os sujeitos.

2 O fetichismo da mercadoria e da tecnologia

O fetiche da mercadoria é um dos conceitos derivados da filosofia de Marx que permanece hoje em dia central para pensar os impasses das relações, práticas e conhecimentos no seio do sistema econômico capitalista. Versa, em específico, sobre a alienação do trabalho, na qual há a negação da característica ativa do sujeito diante da natureza e do espaço social. De três modos o trabalhador se aliena em sua atividade laboral: pelo produto que lhe é estranho (fetichismo), pelo ato produtivo que não lhe cabe autoria e pela falácia individualista da subsistência humana (MARX, 2011).

Primeiramente é importante entender, em linhas gerais, que Marx, através da elaboração de seu materialismo histórico-dialético vai interpretar as sociedades historicamente, através dos meios de produção material que as constituem. Sua crítica se orienta diretamente contra o pensamento econômico vigente em sua época, como o liberalismo de David Ricardo e Adam Smith no século XVIII, por exemplo. Para estes últimos, a produção de mercadorias estaria disposta e valorada não através das relações de produção próprias de determinada sociedade, que desde então centra-se no capitalismo. Ao invés disso, fazem um salto conceitual pelo qual essa produção restrita se confunde com uma característica valorativa que atravessa a história de uma forma natural e eterna, como parte do *ontos* social. Essa ideia de indeterminação histórica da produção de mercadoria e de uma lei econômica natural à definição da sociedade em si, e de suas trocas, é o que Marx vai circundar no conceito de fetichismo da mercadoria, que acaba destituindo dos objetos produzidos um caráter representativo da relação entre as classes e o modo como as trocas são definidas nesse escopo (NOVAES e DAGNINO, 2004).

A conceituação canônica do fetichismo da mercadoria é dada por Marx (2011) no primeiro volume de *O Capital*, no capítulo um, intitulado *A mercadoria*. O filósofo aborda quatro aspectos específicos relacionados à mercadoria no capitalismo: o valor de uso e valor (substância e grandeza), o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias, a forma do valor ou o valor de troca e o caráter fetichista da mercadoria.

Sem nos estendermos na leitura vamos passar por algumas considerações fundamentais desse texto. Em linhas gerais, Marx (2011) apresenta a mercadoria como coisa externa que contenta necessidades humanas, seja como posse ou como meio de produção para outras mercadorias. Seu valor de uso está representado pela utilidade que as propriedades da extensão da coisa expressam. Já seu valor de troca é a proporcionalidade que se estabelece para diferentes valores de uso e sua grandeza é proporcional de acordo com a quantidade de força de trabalho impressa em um produto. O trabalho humano concreto só adquire valor se imprime na coisa produzida determinado grandeza de valor, fora isso é conteúdo abstrato. As relações mais complexas que se desencadeiam com isso é expressa por uma formulação quase equacionaria:

Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (MARX, 2011, p. 164).

O caráter fetichista da mercadoria nasce quando se obstrui o entendimento desse tipo de valor intrincado com o trabalho ao produzir a forma-mercadoria, sendo então aquilo que adquire algo de

enigmático. Essa determinação, dirá Marx, nasce da própria forma do produto, que representa então os aspectos sociais de seu próprio trabalho nas relações com as mercadorias que dele derivam.

O que está impresso na relação com a mercadoria na dimensão social própria do capitalismo não é então o trabalho efetivo que impõe valor e constitui as relações entre os sujeitos produtores, mas assume a forma de uma relação entre coisas, já que o novo aspecto social do trabalho, em que se imprime a mais-valia, os produtores só estabelecem relações no âmbito da troca, e o trabalho se apresenta somente como relação “reificada entre pessoas, e sociais entre as coisas” (MARX, 2011, p. 206).

Da mesma forma como a mercadoria é destituída desse aspecto dos valores de uso que se fazem e do trabalho impresso em sua produção, a tecnologia também vai realizar-se nessa relação. Seu valor se dá especificamente como uma característica da racionalização da técnica, como propriedade de eficiência e utilidade neutra, já que a ciência o ditaria enquanto valor racional, um bem último “para aumentar a eficácia de bens e serviços” (NOVAES e DAGNINO, 2004 p. 191). A similaridade com o fetichismo da mercadoria está no fato de que, assim como acontece com o valor que não se dá mais em direção ao trabalho realizado e ou uso efetivo, fazendo com que o preço incorpore no produto como algo *per se* delimitador das relações de troca, a tecnologia, como essa dimensão relacional pela qual é utilizada em determinada sociabilidade, acaba sendo substituída por uma representação racional da técnica como um bem em si.

Logo, temos um quadro pelo qual a tecnologia expressa uma racionalidade ligada não só à técnica, mais aos fatores políticos da sociedade na qual se manifesta e, por consequência, aos mecanismos de manutenção de determinado tipo de poder, dependendo dos interesses em questão. Não se trata de um análogo à ideologia, mas um recurso paralelo que, embora traga consigo a abrangência mais fundamental da técnica, se cola aos interesses das classes dominantes, pois são estes os detentores dos meios técnicos (FEENBERG, 1999). A forma que a tecnologia adquire, seja como coerção ou vislumbre, aparece carregada tanto com essa dimensão fetichista, como pela operacionalidade subjacente ao ritmo que o capitalismo demanda para a produção de mais-valia e para, no âmbito sociocultural, de desejo relacionado ao consumo.

Essa coisificação das pessoas e humanização dos objetos que está no centro do conceito de fetichismo é o que vamos observar emergindo na leitura de Milton Santos acerca da relação dos sujeitos com os sistemas técnicos que se imprimem no espaço geográfico como um meio pelo qual as relações se realizam. Há profundamente imbricada na noção de espaço desse pensador, sua caracterização enquanto produto da relação entre o espaço social e a própria Natureza, através da ação do trabalho e dos meios técnicos empreendidos nela. Essa interpelação do entrelaçamento do ser humano na e com a Natureza já está apresentada na noção de trabalho influenciada por Marx. Entretanto, o geógrafo permite uma compreensão que leve em conta não só a materialidade dos modos de produção, relações e força de trabalho

implícitas na ideia geral da história como luta de classes, mas a dinâmica histórica do espaço enquanto forma-conteúdo, que comporta, entre os objetos e as ações, aqueles aspectos que caracterizam as relações de exploração e o estado das técnicas com a passagem do tempo. O que se interpela criticamente é a atualidade dos sistemas de objetos e ações no espaço geográfico, na qual se gerou uma inversão em como se define o território. Os objetos técnicos, que antes eram submetidos ao crivo da necessidade, passam a ser os principais definidores das ações (por uma racionalidade abstrata) e não mais definidos por essas; é dessa forma um objeto-ator. Já as ações dão pistas também para pensar a alienação social, pois estão cada vez mais submetidas hoje às normas de racionalidade dos sistemas técnicos e suas finalidades. Sendo assim, nos descolamos da reciprocidade entre pensar e agir (SANTOS, 2006).

3 A obra de Milton Santos: pistas do fetichismo

Para Milton Santos (2006) em seu livro *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, as transformações na organização social do trabalho e das relações sociais de forma geral estão presentes na forma-conteúdo do espaço geográfico e em sua processualidade. Sendo assim, cada momento histórico faz emergir um conjunto diferente de técnicas, com seus respectivos objetos e ações. O autor enfatiza a debilidade dos estudos sobre a técnica, quando não abordam seus efeitos espaciais, descolando-a do território. Entretanto, é possível interrogar esse fenômeno, seja na ocupação do espaço terrestre pela infraestrutura que se aplica a ele, seja pela forma como o corpo social se disponibiliza e faz uso das máquinas. Ademais, vale destacar que se trata de algo que pode ser tomado em sentidos diversos, como na vida social, de energia, das interrelações complexas dos sujeitos e dos objetos e na produção e transformação de matéria-prima.

A técnica é definida por ele como “meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p. 16). Em sua investigação sobre esse fenômeno, demonstra que é pouco abordado em sua relação com o espaço, que grande parte dos estudos acerca das questões que a envolvem se contentam em catalogar diferentes sistemas técnicos e – de forma ideológica - em fundamentar graduações desse sistema como medida civilizatória. A técnica, porém, sendo o conjunto instrumental de uma ação determinada de uso humano do espaço, não trata do ato em si do trabalho, mas dos meios e os modos através dos quais e como o trabalho acontece.

Ademais, o Santos argumenta que mesmo os objetos tidos como naturais podem ser considerados objetos técnicos, pois tem capacidade para se comportar como meio, resultado ou requisito para uma atividade técnica.

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade (SANTOS, 2006, p. 24).

Os sistemas técnicos vão se formando como uma configuração de um meio mediado por uma condição de existência, e nisso a técnica é fragmentada, pois diferentes períodos técnicos se congregam na possibilidade concreta de vida, dos modos e do valor de uso dos objetos que se encontram em certo local. Entretanto, com a tecnologia impregnada dos valores da classe dominante e do modo como o valor se organiza com o fetichismo, o que interessa é sempre a novidade dada pela eficiência, sendo os meios técnicos anteriores empecilhos para sua efetivação (SANTOS, 2006).

A tecnologia, como um tipo de racionalidade aplicado a técnica, para além de um saber-fazer, transforma, por sua vez, o território pelo qual ela se atualiza, e esse espaço geográfico adquire, com isso, uma forma-conteúdo específica da tecnologia. A técnica em sua totalidade, então, é tensionada em seu caráter tecnológico, o que atualmente tem se condensado no estabelecimento progressivo de um sistema-mundo de organização tecnológica. O meio geográfico no qual elas começam a se unificar passa por transformações, do que antes era um meio natural para um meio técnico, e deste para um meio técnico-científico-informacional. Este último registro atual no qual se observa o conjunto técnico que o constituiu como meios, que determinam e moldam a ação humana e não mais uma ação pensada e articulada pelas necessidades de uso dos modos de produção da vida em comunidade (SANTOS, 2000).

O conjunto dos objetos que constituem, em parte, um meio, operam como mediadores entre as pessoas e a sociedade e entre o sujeito e sua condição material. Entretanto, só isso não define por si essa formação socioespacial que Santos quer pensar. O que se apresenta junto disso, então, é o conjunto de práticas que se exercem sobre os objetos (as ações), estas que por sua vez encontram na condição material do sistema de objetos sua própria base de efetivação, que por sua vez transformam novamente o sistema (SANTOS, 2006).

O problema que se faz ver, com isso, é o histórico tratamento de que a ciência daria conta, de um lado, por uma representação dos objetos, enquanto o poder político daria conta de uma representação dos sujeitos. Isso, na realidade, está no cerne da questão levantada anteriormente acerca dos efeitos da neutralidade e da naturalização realizada pelo pensamento econômico, preocupado apenas com representar o mundo dos objetos, as mercadorias, separado de seu caráter dialético com o sujeito. Junto disso, a preocupação com as condições para a circulação da mercadoria, opera na produção do caráter enigmático do fetichismo, onde a coisa se torna sujeito da socialização, impossibilitando ao trabalhador compreender o valor de uso do objeto ligado ao trabalho que realiza. O valor da mercadoria não estaria na relação de

produção estabelecida para sua criação, mas no objeto em si, ideologicamente tomado como aspecto natural, à exemplo de uma lei, como a da “oferta e demanda” e, no caso da tecnologia, como “eficiência e desenvolvimento científico”. Epistemologicamente, é análogo aos problemas que derivam da separação entre natureza e cultura ou objeto e sujeito-sociedade (SANTOS, 2006).

O conceito de espaço geográfico é para Milton Santos (2006) a síntese crítica pela qual a natureza é ao mesmo tempo natural e social, justamente no contraponto da separação supracitada. Dirá que se trata de uma forma-conteúdo, sendo isto algo que une

o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006, p. 66).

Com o capitalismo e a racionalidade que lhe é constituinte, os sistemas de objetos, tecnológicos ou simplesmente técnicos, operam como principais vetores das relações sociais, dados como fetichismo da mercadoria e da tecnologia. Milton Santos (2006) vai argumentar que atualmente os sistemas de objetos se tornam os principais atores das relações, que condiciona os sujeitos a obedecerem às regras que lhe são subjacentes, especialmente porque, como já dito, são “naturais” e “eficientes”.

Complementando o caminho ao qual a obra anterior nos levou, Santos (2013) abre a introdução de seu *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* enfatizando uma “Redescoberta da Natureza”. Para ele, com globalização se abriu uma porta para compreender toda manifestação, seja humana ou não, inserida nesse escopo, entretanto, faz um alerta para o fato de essa sistematização acabar excluindo ou reduzindo o caráter histórico pelo qual ela reflete não só o conteúdo onde a humanidade se realiza, mas seu próprio horizonte enquanto também efeito da ação humana.

Com a presença do Homem sobre a Terra, a Natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim de sua História Natural e a criação da Natureza Social, ao desencantamento do Mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural. (SANTOS, 2013, p. 4).

O que é passível de focalizar, na crítica que Santos (2013) faz à globalização é essa presença geomorfológica da humanidade na superfície terrestre como uma problemática da relação da sociedade com a natureza. O fetichismo da tecnologia pode ser entendido implicitamente nessa consideração, visto que a consciência que se anula não é somente a das relações de trabalho que doam valor às coisas e à própria sociedade, mas a relação mais íntima do sujeito com uma matéria que lhe é oposta, chamada comumente de natureza.

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo. (SANTOS, 2013, p. 5).

Temos então os mecanismos pelos quais os sujeitos se apartam de uma relação totalizante com a natureza. A discursividade presente nisso da conta de contentar a relação entre objetos e ações numa valoração unilateral, em que existe um discurso que fundamenta o uso dos objetos, das mercadorias e das tecnologias e dos discursos das ações visando legitimar a forma pela qual as trocas ocorrem. A definição da natureza que nos rodeia e nos atravessa acaba carregada de sentido obscuro, o local e o global se sobrepõem, um lugar passível de nos pertencer não se reconhece. A classe dominante nesse processo opera sem sentido, apenas objetivamente, e a sociedade torna-se fragmentada em relação à natureza e a moralidade (SANTOS, 2013).

A tecnosfera é a síntese dessa dissociação, da artificialização exacerbada do espaço, seguida da psicofera que lhe justifica.

Hoje, o próprio espaço, o meio técnico-científico, apresenta-se com idêntico conteúdo de racionalidade, graças à intencionalidade na escolha dos seus objetos, cuja localização, mais do que antes, é funcional aos desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional. Essa matematização do espaço o torna propício a uma matematização da vida social, conforme aos interesses hegemônicos. Assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas, também, as condições para a maior alienação possível, para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija. (SANTOS, 2013, p. 14).

A globalização, juntamente da matematização do espaço, da racionalização dada pela eficiência, das trocas e valores de uso assumidos como fatores naturais e neutros implícitos na mercadoria, todos efeitos circundantes dos fetichismos apresentados aqui, assumem então, por meio da análise da geografia crítica de Milton Santos (2013) sua forma-conteúdo espacial. Os espaços nacionais são submetidos aos espaços da economia internacional do imperialismo e da dependência, e a especialização toma o lugar das técnicas, outrora em coerência com impulsos vitais. É assim que o meio científico-técnico-informacional se imbrica com o espaço geográfico, e por consequência com o espaço total. Esse quadro geral em que os sistemas de objetos se artificializam cada vez mais e os sistemas de ações se submetem às suas regras, alheiam um fator fundamental da experiência humana, a saber, sua referência ao *lugar*, referência também ao fator vital de realização humana. As práticas de uma coletividade acabam sendo destinadas ao caráter estranho dos agora

sistemas (outrora coleções de objetos) em que estão inseridos e de um desejo distante daquele que realiza seus interesses nesse plano geral (SANTOS, 2013).

O que se atualiza com isso também é a própria ordem dos discursos, que se difundem junto aos objetos: a normatividade técnica, a bula, o manual, a operação especializada. Essa acaba sendo a história da vida social à qual a humanidade cada vez mais passa a se referenciar e que “debilita a criação do homem capaz de fazer discurso do todo, isto é, de entender a história e de propor uma nova história” (SANTOS, 2013, p. 51). Os discursos vão povoando o caráter difuso e misterioso que as tecnologias e as mercadorias apresentam, e são oferecidos justamente no lugar de ausência e alienação que o fetichismo produz. Os grandes sacerdotes a falar dessa mística em torno dos objetos são os técnicos especializados e as autoridades científicas que, elas mesmas, ao crer no caráter mágico de sua eficiência, se fragmentam em relação ao mundo. É nessa fragmentação, seja qual for o agente que as mídias tem lugar na produção de discursos que legitimam interesses e a própria continuidade dos sistemas atuais (SANTOS, 2013).

4 Considerações finais

A busca por pistas do fetichismo da tecnologia na obra de Milton Santos (2006; 2013) aqui realizada parece demonstrar que, embora o autor não se debruce especificamente sobre o conceito, a influência que a teoria marxiana tem sobre seus escritos e a maestria com a qual pensa um quadro analítico do produção material do espaço e de sua constituição como meio (espaço geográfico) permitem um salto importante para a concretização de uma crítica eficaz à tecnologia. A sofisticação de sua teoria permite, principalmente, uma abordagem mais além das otimistas e pessimistas apresentadas inicialmente, sem abdicar nem do aspecto explicativo e ontológico que a primeira pode carregar na análise da relação do sujeito com o mundo, nem do teor crítico extremamente necessário diante das problemáticas que se impõem com a tecnologia em seu estado atual. Seu sucesso, em linhas gerais, parece advir da centralidade do conceito de espaço geográfico e do fenômeno da técnica como fios pelos quais foi possível interpretar a relação mais profunda do ser humano com a natureza – da interrelação entre uma natureza social e uma natureza física que ele mesmo produz – e dos meios pelos quais essa relação é destituída de sentido.

O mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento. A história é o hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos, da mesma forma que a natureza, natural ou artificial, nos dá as categorias. (SANTOS, 2013, p. 44).

O que se subtrai dos sujeitos, como classe trabalhadora alienada no fetichismo da tecnologia (na ideologia e no fetichismo da mercadoria também), não é somente a compreensão de que são, por excelência,

aqueles que definem, por meio do trabalho e suas relações, o valor de uso das coisas, mas a própria relação imediata com o espaço que lhes constitui, que é a totalidade do mundo natural e social indissociáveis e que, em nossa escala humana, trata-se do espaço geográfico. Temos então que esse tipo de alienação ocorre num caráter duplo que, por um lado, obstrui o acesso à realidade própria da produção histórica da sociedade na transformação material do mundo através do trabalho e, por outro, embaça uma consciência em que sujeito e objeto possam ser postos em sua relação imediata na Natureza (o espaço que lhes cabe), sem a submissão ao valor que se cola a um núcleo hegemônico de poder, que se impõe, por seus limites, como “nova natureza”, entre eles, essa relação de classes calcada em uma “racionalidade eficaz de governo e de técnica”.

Os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulador, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado. É essa a lógica da natureza artificializada, em sua busca de imitação e superação da natureza natural (E. Sottsass, 1991). Um outro sonho que se torna realidade, o sonho de um meio artificial, funcionando como um laboratório ideal substituindo a natureza, sobre a qual se instala. (SANTOS, 2006, p. 204).

Esse estado de coisas convida a contraposição crítica à forma tardia do capitalismo globalizado, pois trata-se de uma retomada não só da autonomia dos sujeitos na relação com o mundo, mas da crítica necessária a um modo de vida que tem sinalizado um destino escatológico (SANTOS, 2013). Qualquer tipo de laço está condicionado a ser manifestado privilegiadamente em uma ordem mundial posta pelo mercado. Logo, as relações são, quando na reificação, imbricadas aos impulsos vitais e a produção desejanse nos moldes do fetiche, que se ampliam drasticamente quando cada vez mais oferta e demanda de mercadorias e tecnologias se condicionam uma à outra, sendo a primeira através das mídias e da propaganda e a segunda através do cálculo estatístico das tendências populacionais. O que fica de fora é uma contradição fundamental da qual vai falar Weil (1966), no limite do ser humano com o mundo, no qual a matéria me oferece uma resistência, esta que se ameniza no ato do trabalho emancipado. O fetiche, e aqui pode se ampliar para o caráter psicológico, parece ser a ausência ou sobreposição dessa limitação. O caráter mágico e o efeito analgésico dos objetos e das tecnologias produzidos em nossa sociedade prometem às populações a chance de transpor a realidade aterradora do mundo no gozo irrestrito e imediato que lhes oferecem; e, além disso, garantem a alienação necessária para a continuidade de uma sociedade de classe na qual vigora a exploração.

Referências

BORGMANN, Albert. *Technology and the character of contemporary life. A philosophical inquiry*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

CUPANI, Alberto. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. *Revista Scientle Studia*, v. 2, n. 4, p. 493 – 518, 2004.

FEENBERG, Andrew. *From Essentialism to constructivism: Philosophy of Technology at the Crossroads*. London : Rutledge, 1999.

MARX, Karl. *O capital: Livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. O fetiche da tecnologia. *Revista ORG & DEMO*, v. 5, n. 2, p. 189 – 210, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, Ed. 30, 2000.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b.

WEIL, Simone. *Sur la science*. Paris: Gallimard, 1966.

Recebido em: 31/10/2023

Aceito em: 11/01/2024